FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN
CIDADANIA ATIVA

ICELAND LIECHTENSTEIN NORWAY
eea grants

EMPREGO JOVEM E EMPREENDEDORISMO SOCIAL: NOVOS CAMINHOS

Conferência Internacional | 5 de novembro de 2014 | Auditório 2

CONCLUSÕES

Contexto

O emprego jovem tem sido uma grande preocupação em muitos países desenvolvidos, em particular desde o início da crise económica, e em Portugal o desemprego jovem tem-se mantido persistentemente acima dos 35% nos últimos 3 anos, ultrapassando os 40% no pico da crise económica.

A conferência internacional "Emprego Jovem e Empreendedorismo Social: Novos Caminhos", no âmbito do Programa Cidadania Ativa, visou destacar a importância do investimento social e do empreendedorismo social como ferramentas para a promoção do emprego jovem, debater as melhores formas para tornar essas ferramentas mais eficazes, e trocar opiniões e experiências entre decisores políticos e especialistas relativamente aos caminhos a seguir.

Na conferência foi também destacada a forma como os EEA Grants estão já a contribuir para melhorar a empregabilidade dos jovens, tendo, a este respeito, sido apresentado um conjunto de 21 projetos do Programa Cidadania Ativa recentemente selecionados na área da empregabilidade e inclusão dos jovens, para receber apoios num montante total próximo dos € 2,1 milhões.

São seguidamente apresentadas as principais conclusões da conferência. Cerca de 150 participantes estiveram presentes ao longo do dia, a que se juntaram online cerca de 90 interessados, oriundos da sociedade civil, do Estado, e dos meios empresarial e académico.

Sessão de abertura

Artur Santos Silva, Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, destacou a necessidade de fomentar a inovação e o empreendedorismo sociais como parte da resposta ao desafio colocado pelos atuais níveis de desemprego entre os jovens, frisando que cerca de 130 000 jovens se encontram desempregados, a que corresponde uma taxa de desemprego de cerca de 35%, e referindo a importância de fenómenos recentes, como o grande número de jovens portugueses a emigrar para outros países, e os NEET (jovens que atualmente não estão empregados, não estão a estudar e não estão em formação).

Artur Santos Silva

Presidente do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2012, tendo anteriormente exercido funções como Administrador não executivo. É Presidente do Conselho de Administração do Banco BPI e da Partex Oil & Gas (Holdings) Corporation.

Foi Vice-Governador do Banco de Portugal e Secretário de Estado do Tesouro nos anos 70. Mais tarde, sob sua iniciativa, foi criada a Sociedade Portuguesa de Investimento, primeira instituição financeira privada após a revolução de Abril de 1974, que se transformaria no primeiro banco privado português (BPI).

Entre os vários cargos que desempenhou destacam-se o de Presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República e de Presidente do Conselho Geral da Universidade de Coimbra. É licenciado em Direito e concluiu o *Stanford Executive Program*.

Face a esta realidade, considerou que importa providenciar aos jovens competências melhor ajustadas ao mercado de trabalho, o que passa nomeadamente pelo robustecimento do ensino secundário e vocacional, bem como pela continuada redução do abandono escolar em Portugal. Incontestavelmente, o Estado terá um papel fundamental neste processo, e apenas com uma retoma económica robusta poderá o desemprego jovem baixar assinaladamente, não obstante o importante papel complementar que a Sociedade Civil pode desempenhar. É fundamental, por outro lado, que esta assuma novas responsabilidades na matéria, nomeadamente através de parcerias com o mundo empresarial, e que contribua para soluções inovadoras e de maior eficácia.

Concluiu referindo que os governos de Portugal e dos países financiadores reconheceram o potencial da sociedade civil na criação de condições de empregabilidade dos jovens, através de um reforço em 50% do Programa Cidadania Ativa, integralmente destinado a esta problemática. É necessário desenvolver novos serviços e competências em Portugal, e promover projetos-piloto que possam gerar emprego, e os 21 novos projetos apoiados pelo Programa Cidadania Ativa no apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens criam grandes expetativas neste sentido, e no que se refere à continuação do investimento dos EEA Grants nesta problemática em particular.

Ingvild Stub, Secretária de Estado para os Assuntos Europeus da Noruega, realçou a oportunidade da conferência, a participação de um alargado espetro de atores interessados, e a necessidade do setor social trabalhar com o setor privado na criação de novas oportunidades de emprego, através do investimento social, inovação e empreendedorismo. Lançou aos participantes a questão de como poderão os EEA Grants, olhando já para o novo período de programação, ser usados para melhorar as circunstâncias dos jovens em Portugal e na Europa como um todo.

Salientou o papel fundamental do Mercado Interno, em que a Noruega está integrada, na criação de crescimento e de empregos, referindo ainda que o aumento da competitividade e do crescimento é uma

das cinco prioridades norueguesas na sua estratégia de cooperação com a União Europeia, sendo a situação de emprego dos jovens um elemento muito importante a ser considerado neste contexto.

Frisou a importância de políticas e ações que impeçam que os jovens sejam cada vez mais excluídos do mercado de trabalho. A transição do ensino para o mercado de trabalho tem de ser facilitada através de uma estreita cooperação entre atores. No próximo período de programação, a Noruega pretende focalizar mais a intervenção dos EEA Grants nos NEET e nos jovens de grupos particularmente vulneráveis, através de um aumento significativo do apoio para estágios, para o empreendedorismo, para a inovação e para a promoção da mobilidade no mercado de trabalho.

Ingvild Stub

Secretária de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega desde 2013 em representação do Partido Conservador, ela tem assumido diferentes cargos na esfera política, incluindo como conselheira política para o Grupo Parlamentar do Partido Conservador e como chefe de informação para o Movimento Europeu na Noruega.

Tem um mestrado em Política da União Europeia pela *London School of Economics and Political Science* e em Ciência Política pela Universidade de Oslo.

Pedro Mota Soares, Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, referiu alguns números recentes que mostram uma diminuição do desemprego em Portugal, o qual, não obstante, permanece em níveis muito elevados. Nos últimos seis trimestres foram criados 200 000 novos postos de trabalho, tendo sido essencial um amplo diálogo social entre o Governo e os parceiros. Continuou, referindo que foram tomadas pelo Governo importantes medidas em termos de prestações de desemprego, microfinança e fomento do emprego. A economia portuguesa e o mercado de trabalho estão em recuperação, mas ainda com um longo caminho a percorrer – para o futuro, destacou a Iniciativa Europeia Garantia Jovem, em que Portugal disporá de € 1 300 milhões de financiamento.

Pedro Mota Soares

Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social de Portugal no 19.º Governo Constitucional (desde 2011).

Deputado na X Legislatura (2005-2009), foi Presidente do grupo parlamentar do CDS/PP. Anteriormente, desempenhara as funções de Vice-Presidente do grupo parlamentar. Foi Presidente da Juventude Popular entre 1996 e 1999, Secretário-Geral do CDS/PP de 2002 a 2005, e Vice-Presidente do CDS/PP. Foi igualmente Vice-Presidente dos Jovens Conservadores Europeus.

Realçou ainda a importância da criação de redes de solidariedade focadas nas pessoas necessitadas. O investimento público em soluções inovadoras e em novas respostas para resolver os problemas sociais no país, crescentemente protagonizadas por atores da sociedade civil, irá permitir abordar em parceria problemas estruturais com respostas especificamente dirigidas, que são, em muitos casos, melhores que as que são oferecidas apenas por serviços públicos. Em conclusão, as empresas sociais desempenham um papel vital que deve ser estimulado, a fim de criar um futuro mais sustentável para Portugal.

Apresentação do contexto: novas abordagens para a criação de emprego

Stéphane Carcillo, economista sénior da Direção do Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais da OCDE, abordou os desafios com que se deparam os jovens inativos e desempregados na Europa e em Portugal. Os NEET são hoje um importante desafio a nível Europeu e nacional, sendo de salientar que 80% destes jovens não têm o ensino superior completo, e 40% não têm mais que nove anos de escolaridade. Muitos são oriundos de famílias desfavorecidas ou têm pais com reduzidas competências académicas. Carecem, em muitos casos, de competências básicas necessárias para iniciar o seu próprio negócio, ou mesmo para procurar emprego. Estas circunstâncias constituem importantes barreiras à mobilidade social.

Stéphane Carcillo

Economista Sénior da Divisão de Política Social da OCDE, Direção do Emprego, Trabalho e Assuntos Sociais, onde trabalha principalmente em políticas de juventude e programas sociais. Pesquisador no Departamento de Economia da Sciences Po (Paris) e na IZA Bonn. Anteriormente, foi assessor do ministro francês da Economia, Finanças e Emprego e economista do Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional. Publicou muitos trabalhos de pesquisa sobre o impacto das instituições do mercado de trabalho e das políticas de emprego. É o co-autor, com Pierre Cahuc e André Zylberberg, da segunda edição de Economia do Trabalho no MIT Press (2014).

Uma conclusão importante desta análise é que a intervenção ao nível pré-escolar e do ensino básico é essencial. O desenvolvimento de competências básicas, de comportamentos e de motivação favoráveis à integração terão um imenso impacto no futuro das crianças nestas circunstâncias. O seu bem-estar pode beneficiar grandemente de programas escolares inovadores, de apoio na escola incluindo treino vocacional, de programas flexíveis de aprendizagem, de orientação vocacional, e de programas de saúde preventiva que abordem comportamentos de risco. Outro dos principais desafios é a identificação de e intervenção sobre "jovens em risco" – e para isso, importa apostar em formação de qualidade para profissionais e em chegar a quem precisa, através do envolvimento das escolas e das famílias.

Relativamente à iniciativa Garantia Jovem, considerou que é útil para os jovens que abandonaram a escola, mas que a sua boa implementação dependerá da qualidade das atuações a nível local, e que por esse motivo, é fundamental criar parcerias locais robustas e incluir, em qualquer estratégia, a intervenção junto dos mais novos.

Rocio Nogales, diretora da EMES European Research Network, abordou o papel da sociedade civil no fomento do emprego através de abordagens inovadoras. Frisou a importância de criar fóruns de discussão e da troca de ideias acerca deste tema, para a disseminação de boas práticas e o desenvolvimento de um conceito que há 20 anos atrás não tinha ainda qualquer expressão.

Muitos jovens desempregados são de longa duração (há mais de um ano), o que é profundamente gravoso para quem se encontra nessa circunstância e para as suas famílias e comunidades. Existem mutas abordagens distintas a este problema, ao nível das políticas públicas, mas a sustentabilidade a longo prazo destas abordagens nem sempre é assegurada; e hoje, as iniciativas de capacitação dos jovens e fomento do empreendedorismo saídas das próprias comunidades constituem uma abordagem cada vez mais comum para atender as necessidades sociais criadas pelo problema endémico do desemprego entre os jovens.

Apontando caminhos para o futuro, realçou a emergência de uma nova camada da economia, com um conjunto diferente de valores face ao que é geralmente associado às atividades económicas e corporizada por novos tipos de empresas sociais com caraterísticas inovadoras. Por outro lado, as inovações sociais não são exclusivas da sociedade civil, sendo também criadas pelos setores público e privado. Recentemente, as inovações sociais implementadas pelas autoridades públicas atribuem um papel cada vez maior sobre o envolvimento de uma gama alargada de *stakeholders* na conceção e implementação de soluções para as necessidades sociais, sendo incentivados processos participativos e a capacitação dos referidos *stakeholders*.

Rocío Nogales

Diretora da Rede Europeia EMES Research desde 2004. Responsável pela elaboração e coordenação de projetos de pesquisa internacionais, conferências internacionais, parcerias internacionais e cursos de verão PhD. Fez consultoria e aconselhamento para organizações internacionais como a OCDE e o PNUD sobre vários temas relacionados com a mobilização de recursos das empresas sociais; com as empresas sociais em países emergentes; com a contribuição das empresas sociais para a criação de emprego; e com a formação e capacitação sobre empresas sociais. Membro do Grupo de Peritos sobre Empreendedorismo Social da Comissão Europeia (GECES). Antes da EMES, trabalhava no setor cultural sem fins lucrativos.

1.º Painel: Induzir parcerias inovadoras entre o setor privado e a sociedade civil

Jose Francisco de Conrado, Presidente do MicroBank (Espanha), falou da atividade da sua instituição, líder a nível europeu, a qual concedeu perto de 300 000 micro-emprestimos no valor de € 1 700 milhões desde 2008, num contexto de grave crise económica e social em Espanha. Pela concessão de crédito a empreendedores, promove o emprego e o desenvolvimento económico, tendo esta atividade resultado num assinalável impacto social – estima-se que tenha já contribuído para criar ou manter mais de 125 000 empregos.

José Francisco de Conrado y Villalonga

Presidente do MicroBank, o banco social criado dentro do banco "la Caixa" para canalizar a sua actividade de microcrédito. Também esteve por trás da criação do Círculo Financeiro das Ilhas Baleares, sendo seu secretário-geral, e da Associação ABD Executivos nas Ilhas, em que é vice-presidente. Foi gerente executivo dos Projetos Comunitários da "la Caixa" e gerente da Fundação "la Caixa". É Doutorado Cum Laude em Direito.

Esteve sempre envolvido com a vida cultural das Ilhas Baleares, tendo ocupado o cargo de Ministro da Cultura no seu Governo Regional. Foi também delegado do organismo público do Património Nacional (encarregado da restauração do Palácio Real de La Almudaina). Membro da Real Academia de Bellas Artes.

Considera que o facto de existirem inúmeros empreendedores interessados em iniciar os seus negócios com recurso a um pequeno financiamento tornam a microfinança extremamente relevante para o desenvolvimento económico. Tipicamente, quem mais procura o microcrédito são jovens empreendedores e universitários com uma ideia de negócio, empreendedores financeiramente excluídos do sistema tradicional de crédito, pequenos empreendedores e microempresas, e famílias em dificuldade material. 92% das empresas europeias são pequenas, e este conjunto emprega cerca de 2/3 da força de trabalho, pelo que é muito importante atender às suas necessidades. Frisou que 30% dos clientes do MicroBank têm 18 a 35 anos, a faixa etária mais frequente, muitos dos quais desempregados. É também uma atividade viável – a taxa de incumprimento nos empréstimos é de apenas 2,14%.

Concluiu que o microcrédito é hoje muito relevante. Grandes instituições europeias, como sejam o Fundo Europeu de Investimento, o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e o Banco Europeu de Investimentos, reconhecem este facto e apoiam a atividade do MicroBank. Entre as suas entidades parceiras contam-se entidades públicas centrais e locais, universidades e escolas de negócios, associações profissionais e ONG.

Katinka Greve Leiner

Diretora da Ferd Empreendedores Sociais desde a sua criação em 2009, também é membro do conselho da The Scientist Factory, The Change Factory e da Den Sociale Kapitalfond (Fundo de Capital Social na Dinamarca). É ex-vice-presidente da Innovation Norway (o órgão governamental para o desenvolvimento Industrial), à frente da Estratégia e Comunicação, e era responsável pela área de Empreendedorismo quando a Innovation Norway foi criada em 2002.

Anteriormente uma consultora de Comunicação e chefe de Relações Públicas na Burson-Marsteller Norway, também tem sido conselheira política do grupo parlamentar do Partido Trabalhista, e uma engenheira sénior da Direção-geral de Recursos Hídricos e Energia da Noruega.

Katinka Greve Leiner, Diretora do FERD Social Entrepreneurs (Noruega), apresentou a atividade da sua organização, um grande grupo industrial e financeiro, na área do empreendedorismo social. É uma nova área para a organização, lançada em 2009, focalizando-se na capacitação de crianças e jovens na Noruega. Através desta, são criadas novas soluções para os desafios com que a Sociedade se depara, passando pelo apoio a empreendedores sociais na construção de um modelo de negócio economicamente sustentável e com impacto social. O objetivo é que os investimentos realizados resultem mais tarde em receitas, o que acaba por se converter na criação de grande valor para a organização no mercado.

O modelo de apoio do FERD assenta em três etapas, que se desenvolvem ao longo de cinco anos, e com a evolução dos projetos já apoiados, um crescente número de financiadores tem vindo a associar-se a esta atividade, entre fundações, empresas privadas, investidores privados e filantropos.

Concluiu que o considerável sucesso alcançado ilustra bem o valor que a proximidade com o mercado tem para o empreendedorismo social. Resultados documentados através de uma pesquisa indicam que o Estado Norueguês poupou cerca de € 1,4 milhões por cada jovem que, no âmbito dos projetos apoiados pelo FERD, transitou com sucesso do ensino para o mercado de trabalho ou regressou retomou os estudos.

Ingeborg Lykseth, CEO da Lyk-z & daughters (Noruega), apresentou o seu projeto social, o qual é um dos apoiados pelo FERD: o FROG Online Identity. O reconhecimento e apoio financeiro do FERD abriu a porta para que esta empresária social, com 20 anos de experiência com crianças e jovens em risco em vários países, pudesse alargar o seu leque de atividades. A Lyk-z & daughters irá em breve trabalhar com jovens em Espanha, onde se concentrará nos jovens desempregados de longa duração.

O projeto utiliza uma plataforma online de ensino. A metodologia aplicada proporciona aos jovens apoiados melhores oportunidades para fazer as opções que mais interessam para o seu futuro. Estes jovens, dos 16 aos 30 anos, são capacitados ao longo de 7 semanas, com o objetivo de os empoderar e de lhes incutir confiança e motivação para regressar à escola ou ao mundo laboral.

Ingeborg Lykseth enfatizou a importância da replicação de resultados: a formação de jovens formadores que por sua vez formam mais jovens permite alcançar rapidamente um grande número de beneficiários. Cada jovem, por outro lado, beneficia do contacto com os jovens que já receberam formação, pois estes servem de inspiração e motivação. Outro fator crítico de sucesso que sublinhou, para um bom projeto de empreendedorismo social, foi a importância de ter um bom plano de atividade desde o início.

Ingeborg Lykseth

Empreendedora social, fundadora e gerente da Lyk-z & daughters na Noruega, cuja missão é ajudar os jovens que abandonaram a escola ou o trabalho a encontrar suas qualidades inerentes e capacidades únicas, e com isso faze-los voltar rapidamente para a escola ou para o trabalho. Tem estado envolvida em vários projetos importantes dentro e fora da Noruega.

Psiquiatra, tem uma vasta experiência nas áreas da inovação, desenvolvimento de negócios e empreendedorismo. É também conferencista, gestora de processos e instrutora. Em 2012, foi nomeada a Empreendedora Social do ano na Noruega, e recebeu o prestigioso prémio Paul Harris Fellow do Rotary International em junho de 2014, em reconhecimento do seu importante trabalho para os jovens.

Kevin Munday, Diretor de Investimentos da Impetus Private Equity Foundation (Reino Unido), apresentou a abordagem de filantropia de risco com que a Impetus aborda o desemprego jovem. As organizações mais promissoras a trabalhar nesta área são cuidadosamente selecionadas, considerando um conjunto de 17 critérios. É procurada eficácia na atuação e escalabilidade para chegar ao maior número possível de beneficiários.

Depois, as organizações selecionadas são direcionadas e apoiadas para melhor servir os mais necessitados entre as crianças e jovens, na obtenção de educação e no ingresso no mercado de trabalho. São definidos objetivos mensuráveis para a atuação, em etapas sucessivas, procurando-se aumentar progressivamente a escala de atuação dos projetos. Os serviços prestados incluem apoio à gestão, disponibilização pro bono de competências e financiamento a longo prazo.

Kevin Munday

Diretor de Investimentos da Impetus - The Private Equity Foundation e diretor fundador do ThinkForward, um programa baseado em Londres que proporciona aos jovens apoio intensivo e a longo prazo com vista à sua transição bem sucedida da escola para o trabalho. O ThinkForward está a ser incubado na Impetus, que é uma das principais proponentes do Reino Unido do *venture philanthropy*.

Foi Vice-chefe Executivo do Conselho Nacional do Reino Unido para os Serviços Voluntários da Juventude e Presidente do Conselho Britânico da Juventude. Em 2008, foi nomeado pelo jornal The Guardian como um dos "Futuros 500" líderes na vida pública, e em 2011 como um dos 100 melhores empreendedores sociais do Reino Unido pela organização Striding Out.

Nos projetos apoiados é dada grande ênfase à intervenção precoce e à prevenção do abandono escolar. É também crucial um bom ajustamento entre as competências transmitidas e as necessidades do mercado de trabalho. O "ThinkForward" é um bom exemplo de projeto apoiado, abordando o desemprego jovem em Londres e abrangendo, para já, 1 100 jovens desfavorecidos e 14 formadores. Conta com uma "rede de apoio", que inclui potenciais empregadores e formadores especializados que possibilitam o "coaching" individualizado. Igualmente importante, existe uma bateria de resultados quantificados, "pagáveis" consoante o número de sucessos. A ambição é alargar o projeto a todo o Reino Unido.

2.º Painel: Fomentar o empreendedorismo social

António Silva Mendes

Diretor de Educação e Formação Profissional da Direção-Geral da Educação e Cultura na Comissão Europeia. Responsável pelas políticas e pelo programa nas áreas das escolas e da educação de adultos, formação profissional, bem como a coordenação geral e implementação do Programa Erasmus +.

Estudou engenharia mecânica na Universidade de Lisboa e foi lá professor durante 10 anos. Em seguida, tornou-se diretor no Ministério da Indústria. Começou a sua carreira na Comissão Europeia em 1990, na DG Empresas, onde participou em negociações internacionais. No final dos anos 90, passou para a DG Recursos Humanos e para o Serviço de Pagamentos, antes de chegar à DG Educação e Cultura como Diretor de Recursos em 2006.

António Silva Mendes, Diretor na DG Educação e Cultura (Comissão Europeia), considerou que a conferência representou uma boa oportunidade para discutir as melhores oportunidades de investimento na prestação de uma melhor educação para o futuro. Considerou que uma melhor educação não significa automaticamente mais empregos, dada a dimensão atual do problema – na Europa há hoje 26 milhões de desempregados, muitos com qualificações reduzidas.

Sublinhou o significativo desalinhamento entre competências e oportunidades no mercado de trabalho, o qual é também um fenómeno geográfico, comummente designado de "fuga de cérebros". Destacou a nova prioridade da Comissão, não só de aumentar o número de empregos disponíveis na União mas também de reformar os sistemas de educação com vista a facilitar a transição da escola para o mercado de trabalho, identificando e promovendo as competências técnicas e empresariais que são mais necessárias no mundo de hoje.

Considerou que serão necessárias medidas multissetoriais, em estreita parceria com o mundo empresarial, para chegar a novas respostas para a crise, bem como o fomento da inovação e empreendedorismo na Europa, e referiu que a Europa está hoje muito atrás dos EUA e da China nesta matéria. Entre as principais iniciativas da Comissão relativas ao emprego jovem, destacou a Aliança Europeia para a Aprendizagem.

António Miguel, Coordenador do Laboratório de Investimento Social, destacou o facto de que os problemas sociais são extremamente dispendiosos para a Sociedade, e requerem recursos financeiros e não-financeiros, bem como um *mix* de medidas inovadoras e tradicionais. A inovação social frequentemente ocorre quando o financiamento, público ou privado, é escasso, e é muitas vezes dificultado quando os atores pertinentes usam a maior parte do seu tempo e recursos na angariação de fundos, em detrimento da efetiva implementação de projetos sociais.

António Miguel

Coordena o Laboratório de Investimento Social, uma iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian e do Instituto de Empreendedorismo Social. Anteriormente foi analista de investimento social na Social Finance UK, onde trabalhou em projetos internacionais, nomeadamente no Canadá, prestando apoio ao desenvolvimento de Social Impact Bonds. Trabalhou durante dois anos na primeira Social Impact Bond em Peterborough, actuando no terreno com organizações sociais e investidores, e em outras Social Impact Bonds que promovem a empregabilidade jovem.

É professor convidado de Microfinance and Innovative Social Finance Instruments na NOVA SBE; tem um Master of Science in Business Administration pela Católica Lisbon e um certificado em Corporate Finance pelo Chartered Institute for Securities and Investment.

Os problemas sociais são complexos e exigem soluções transversais e multidisciplinares, e na última década, o diálogo crescente entre os setores privado, público e social tem incentivado o crescimento da inovação e empreendedorismo social. Por outro lado, um crescente número de jovens querem trabalhar em organizações com impacto positivo na sociedade, e acreditam que as organizações devem ir além dos objetivos financeiros.

Frisou ainda que as iniciativas de inovação social devem partir dos mesmos pressupostos que uma *startup* no setor privado. Destacou ainda o facto de que a inovação social não é um fenómeno anglo-saxão, e que muitas ideias e projetos interessantes estão a ser desenvolvidos no sul da Europa, dando alguns exemplos em Portugal.

Debbie So

Responsável de Programas e Inovação na Impact Hub Islington, e co-fundadora da Hub Youth Academy. Co-responsável pela criação do Library Lab em 2011, um acelerador de aprendizagem e aperfeiçoamento profissional e, desde 2012, pela gestão da Impacto Hub Islington, o primeiro de uma rede global de espaços de co-working com enfoque em pequenas empresas, freelancers e empresários dedicados ao empreendedorismo social. Também é co-fundadora da Hub Youth Academy, um acelerador para jovens empresários entre os 18-25 anos, que foi finalista no Social Enterprise UK (SEUK) Inspiring Youth Enterprise Award 2014.

Estudou Responsabilidade Social Corporativa e Design Urbano, e mais tarde, Cidades Sustentáveis e Planeamento Urbano.

Debbie So, responsável da Impact Hub (Reino Unido), apresentou uma comunidade global de mais de 60 espaços de *co-working*, com foco em pequenas empresas, freelancers e empreendedores dedicados ao empreendedorismo social, com 7 000 membros em cinco continentes, que tem tido grande sucesso em reunir jovens talentos e capacita-los em competências para a criação de negócios.

O trabalho realizado com estes jovens inclui um "boot camp" de sete semanas, seguido por um período de follow-up na rede, durante um ano, para troca de ideias. Parte laboratório de inovação, parte incubadora de empresas, e parte centro comunitário, a Impact-Hub oferece aos seus membros um ecossistema de recursos, inspiração e oportunidades de colaboração.

Deu como exemplo de projeto inovador saído do Impacto-Hub a transformação das cabines telefónicas encarnadas, tradicionais no Reino Unido, em estações de carregamento a energia solar, para telefones, tablets e PCs.

3.º Painel: Partilhar as melhores práticas relativas aos EEA Grants

Luís Madureira Pires, Gestor do Programa Cidadania Ativa da Fundação Calouste Gulbenkian, apresentou os resultados do concurso no domínio do apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens, lançado em março de 2014 na sequência do reforço de 50% atribuído ao Programa Cidadania Ativa, pela afetação integral da reserva dos EEA Grants para Portugal. Este concurso, o maior do Programa, constituiu uma nova aposta do Programa, tendo o domínio de atuação correspondente sido criado apenas no início do ano, para responder à preocupante situação do desemprego jovem em Portugal.

Houve um grande interesse no concurso, que teve uma procura mais de seis vezes superior à oferta em termos de apoios solicitados face aos recursos disponibilizados. De um total de 149 candidaturas

Luís Madureira Pires

Licenciado em Ciências Económicas, integrou a partir de 1979 a equipa de negociações de adesão de Portugal à Comunidade Europeia. Entre 1986 e 1995 desempenhou os cargos de Subdiretor e Diretor Geral do Desenvolvimento Regional, sendo responsável pela gestão do FEDER e do Fundo de Coesão e pela coordenação da aplicação dos fundos estruturais comunitários em Portugal.

Desde 1995 é consultor nas áreas do planeamento e desenvolvimento regionais e dos fundos estruturais da UE, tanto em Portugal como em sete países da Europa de Leste. Foi consultor da Administração portuguesa, da Comissão Europeia, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Desde 2013 está a gerir na Fundação Calouste Gulbenkian o Programa Cidadania Ativa, financiado pelos EEA Grants.

recebidas, foi possível selecionar 21 projetos cuja contratação está a decorrer. Procuraram-se de entre as candidaturas recebidas projetos-piloto que fossem verdadeiramente inovadores.

É possível concluir, do interesse demonstrado neste e nos restantes concursos do Programa e na boa qualidade de muitas das candidaturas, que um programa dedicado às ONG com as caraterísticas do Programa Cidadania Ativa vai ao encontro das necessidades e expetativas da Sociedade Civil em Portugal.

Luís Madureira Pires apresentou brevemente os 21 projetos no domínio do apoio à empregabilidade e inclusão dos jovens, que abordam a capacitação para o emprego (8 projetos), o empreendedorismo jovem (5 projetos), e a inclusão social e profissional (8 projetos). Alguns destes projetos, que envolvem diretamente um total de 71 entidades, estão já a começar.

Todos estes projetos incluíram obrigatoriamente a celebração de uma parceria entre entidades, ou seja, o promotor (que é obrigatoriamente uma ONG) teve de estabelecer ligações com outras ONG, com empresas privadas e/ou com entidades públicas. Estas parcerias são, em muitos dos casos concretos, imprescindíveis para a implementação de um projeto – por exemplo, quando este requer a realização de estágios em ambiente empresarial. Concluiu desta forma que a obrigatoriedade de constituição de parceria foi essencial para a qualidade e potencial impacto das candidaturas apresentadas aos vários concursos do Programa em 2013 e 2014.

Anabela Pedroso, Presidente da CAIS Portugal, apresentou o seu projeto CAHO, apoiado pelo Programa Cidadania Ativa no âmbito dos concursos de 2013 no domínio "Promoção dos valores democráticos", e atualmente a decorrer.

Anabela Pedroso

Especialista em Administração Pública (AP) e e-Government, é Special Adviser na Deloitte Consultores, e presidente da Cais desde Fevereiro de 2013. Foi presidente da Associação de Solidariedade Subud, que atua no ensino e apoio a crianças e jovens em risco do concelho da Amadora.

Desenvolveu toda a sua carreira profissional na AP até à sua aposentação em 2010, participando em projetos de inovação e introdução de novas tecnologias na AP. Envolvida em áreas transversais de modernização desde 1996, foi responsável pelo desenvolvimento de alguns dos projetos mais emblemáticos na área da modernização administrativa realizados em Portugal. Em 2009 recebeu o Best Leader Award, na categoria de AP. Em 2010, foi nomeada pelo TeK.sapo.pt como uma das cinco mulheres mais influentes em Portugal no domínio das TIC.

Este é um de alguns projetos selecionados em 2013 com impacto sobre a empregabilidade. Conta com 368 beneficiários, pessoas em situações muito problemáticas marcadas pelo desemprego de longa duração e/ou abandono escolar; e inclui nomeadamente sessões de formação e sensibilização, orientação e acompanhamento dos participantes, e treino de voluntários. A CAIS é uma organização

baseada numa ampla rede de cooperação, com 21 empresas a apoiar projetos. 2/3 da sua receita vem destes apoios, reduzindo grandemente a dependência de subvenções públicas.

Anabela Pedroso salientou que tanto as pequenas organizações como as grandes são necessárias para enfrentar os graves problemas sociais que afetam Portugal, e que apenas através de parcerias se pode alcançar um impacto significativo. Estando a trabalhar com as pessoas no terreno, a CAIS testemunha ainda que os desempregados querem contribuir para a comunidade e ser parte da mesma. A chave do sucesso com estas pessoas é a capacitação e orientação contínua.

Ingrid Schulerud, Embaixadora do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, em representação dos países financiadores, considerou que a conferência permitiu sublinhar o grande potencial da sociedade civil nesta questão e falou sobre a empregabilidade jovem como sendo uma prioridade para o próximo período de programação dos EEA Grants.

Ingrid Schulerud

É atualmente responsável pelo planeamento político e diálogo estratégico com os dezasseis países beneficiários dos EEA and Norway Grants. O atual período de programação conta com um orçamento total de 1 780 milhões de euros.

Trabalha no Ministério dos Negócios Estrangeiros desde 1988, com responsabilidades ligadas principalmente aos Estados Bálticos e da Europa Central, a relações bilaterais, a Direitos Humanos, ao financiamento da Sociedade Civil e a questões de boa governação.

Serviu na Embaixada da Noruega em Budapeste como adido e Secretária da Embaixada, e ocupou vários cargos no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega.

Sublinhou que a questão do desemprego não será resolvida através dos apoios concedidos pelos países financiadores, mas sim pelos governos e instituições Europeias, a quem compete a implementação de medidas para a resolução sustentável deste problema. No entanto, os EEA Grants podem ajudar a suplantar a crise através do apoio a boas ideias. Referiu ainda que a complexa questão do desemprego requer diversas soluções. É possível ajudar os governos a encontrar novas medidas, estabelecer parcerias, e promover o diálogo entre instituições e setores. A OCDE tem uma vasta experiência neste campo e pode ser um parceiro estratégico para o próximo período de programação.

Realçou a importância da cooperação próxima entre as escolas e o setor privado no apoio ao processo de transição da escola para o mundo do trabalho, na busca de soluções inovadoras e no ajustamento das competências às necessidades que os jovens efetivamente irão sentir nas suas vidas profissionais. No próximo período de programação, existirá uma nova área de programação especificamente dedicada ao emprego – enquanto hoje existem áreas específicas para ONG, inovação, bolsas, etc., no futuro a abordagem será mais transversal e promoverá soluções integradas e flexíveis aquando da conceção de programas e concursos. Existirão programas especificamente dedicados à empregabilidade e inclusão dos jovens.

Quanto ao calendário para o próximo período de apoios, indicou que é muito cedo para saber quando irá ser iniciado, pois as negociações com a UE ainda estão em curso relativamente ao quadro global. No entanto, é provável que as negociações específicas com cada país possam começar na próxima primavera. Relativamente ao emprego jovem, desafiou os *stakeholders* a "pensar fora da caixa" e a chegar a soluções e abordagens inovadoras para este vasto problema económico e social.

Sessão de encerramento

Isabel Mota, Administradora da Fundação Calouste Gulbenkian, agradeceu a todos os participantes. Referiu que naquele dia haviam sido divulgadas dados estatísticos encorajadores, que indicavam uma modesta redução no desemprego em Portugal; mas que não obstante, é necessário continuar a tratar este flagelo social. O momento desta conferência foi extremamente oportuno.

Assinalou em particular a notável capacidade demonstrada pelas organizações da sociedade civil para estabelecer parcerias e fazer face ao extraordinário desafio do desemprego jovem.

Entre as ideias-chave do dia, realçou a necessidade do setor privado se envolver mais no problema e estimular a implementação de soluções em parceria com as estruturas de ensino. Para resolver o problema do desemprego jovem, a educação continua a ser a principal resposta.

Serão também necessárias soluções mais transversais e integradas para um desafio tão complexo como é o da empregabilidade dos jovens. Circunscrever a ação ao fenómeno do desemprego não será suficiente. Todos os atores deverão contribuir, e o governo português irá investir na inovação e empreendedorismo social, em linha com a estratégia comunitária 2020.

O crescimento económico é a base para a criação de emprego em qualquer país, mas a sociedade civil desempenha um papel muito importante – contribui para soluções inovadoras e proporciona respostas de qualidade e melhor ajustadas às necessidades, graças à sua proximidade com as comunidades locais. Isto é particularmente verdade no que respeita ao apoio aos menos favorecidos.

Finalmente, frisou que é importante medir o impacto das diferentes iniciativas, e neste processo a Fundação Gulbenkian iria também desempenhar o seu papel. Dirigindo-se aos representantes dos países financiadores, destacou que a Fundação está muito interessada em continuar a investir em projetos sociais potenciadores da criação de emprego.

Isabel Mota

É Membro do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian desde 1999, foi Administradora da Partex Oil and Gas Corporation (até 2007) e é atualmente membro do Comité de Supervisão da Partex Oil and Gas (Holdings) Corporation.

É membro dos Júris dos Prémios Jacques Delors, de Inovação e Empreendedorismo da COTEC-BPI e também do Prémio Carreira da Universidade Católica de Lisboa. É Vogal do Conselho das Ordens Honoríficas Portuguesas e conselheira do Comité Económico e Social.
Foi Secretária de Estado do Planeamento e do Desenvolvimento Regional nos XI e XII Governos Constitucionais, com responsabilidade nas negociações com a União Europeia dos Fundos Estruturais e de Coesão para Portugal (1987-95). Antes, foi Subdiretora-geral do Gabinete para a Cooperação Económica Externa do Ministério das Finanças e Conselheira na Representação Permanente de Portugal em Bruxelas. É licenciada em Finanças.

A Fundação Gulbenkian tem a inovação social como uma prioridade e deseja fortalecer tanto quanto possível os esforços em curso para encontrar, em diálogo com todos os interessados, soluções inovadoras para este imenso problema social.